

## OS 50 ANOS DO PRORURAL E OS EFEITOS DAS APOSENTADORIAS NA ECONOMIA RURAL DE DIAMANTINA (MG)

### THE 50 YEARS OF PRORURAL AND THE EFFECTS OF PENSIONS ON THE RURAL ECONOMY OF DIAMANTINA, MG

**TÚLIO HENRIQUE PINHEIRO**

*Mestre em Estudos Rurais e Graduado em Humanidades e em História pela Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Graduado em Sociologia pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante (UNIFAVENI). Especialista em Arte e Tecnologia e em Docência na Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Pós-Graduado em Sociologia pela Faculdade Focus (FOCUS).*

#### RESUMO

No ano de 2021 completaram-se 50 anos desde que foi sancionado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL). Destacam-se como fruto desse Programa as aposentadorias rurais, que assumiram papel significativo no meio rural brasileiro, perceptível em diferentes esferas em nível nacional, regional e local. Nessa perspectiva, o presente trabalho faz um recorte para o município mineiro de Diamantina, observando como as aposentadorias têm impactado na economia das famílias rurais neste município. O objetivo do estudo é analisar os impactos das aposentadorias na economia das famílias rurais de Diamantina. A hipótese norteadora da investigação é a de que as aposentadorias têm sido base fundamental na manutenção econômica dessas famílias nos últimos anos. A hipótese foi confirmada, considerando que as aposentadorias têm se apresentado desde a sua origem, na década de 1970, como uma fonte de renda que tem impactado positivamente a economia das famílias rurais no município em diferentes perspectivas. O estudo contou com trabalho de campo, realizado entre os anos de 2021 e 2022 e análises de fontes documentais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina, realizadas no decorrer desta pesquisa.

**Palavras-chave:** Assistências; Diamantina; Famílias Rurais; Minas Gerais.

#### ABSTRACT

In the year 2021, 50 years have passed since the Rural Worker Assistance Program (PRORURAL) was sanctioned. As a result of this Program, rural pensions stand out, which assumed a significant role in the Brazilian rural environment, perceptible in different spheres at the national, regional and local levels. From this perspective, the present work makes a cut for the municipality of Diamantina, in Minas Gerais, observing how retirements have impacted the economy of rural families in this municipality. The objective of the study is to analyze the impacts of retirements on the economy of rural families in Diamantina. The guiding hypothesis of the investigation is that pensions have been a fundamental basis for the economic maintenance of these families in recent years. The hypothesis was confirmed, considering that pensions have been presented since their origin, in the 1970s, as a source of income that has positively impacted the economy of rural families in the municipality in different perspectives. The study included fieldwork, carried out between the years 2021 and 2022, and analysis of documentary sources from the Union of Rural Workers of Diamantina, carried out during this research.

**Keywords:** Assists; Diamantina; Rural families; Minas Gerais.

---

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO; 1 AS APOSENTADORIAS RURAIS NO BRASIL: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO; 2 AS APOSENTADORIAS RURAIS EM DIAMANTINA: PRIMEIROS ANOS; 3 UM ESTUDO DE CASO PARA AS COMUNIDADES DE PINHEIRO E CÓRREGO FUNDO; CONCLUSÃO; 4 AS APOSENTADORIAS NA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS EM DIAMANTINA; CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS.**

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Transcorrido meio século desde que foi sancionado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), consoante implementação das aposentadorias e outras assistências dessa natureza no meio rural, essa política tem se colocado como base significativa em âmbito da manutenção econômica das famílias rurais do município mineiro de Diamantina. Dito isso, o presente trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida entre os anos de 2021 e 2022 cujo objetivo principal era observar qual era a importância que as aposentadorias rurais têm assumido na economia rural de Diamantina nos últimos anos. Cabe ressaltar, de início, que ao tratar de aposentadorias rurais, também estamos analisando os casos de auxílios-doença e pensões, agregados no grande grupo “aposentadorias”.

No desenvolvimento da pesquisa, verificamos que os trabalhadores rurais, ao avaliar a importância das aposentadorias para a economia familiar, têm retomado o período da implementação do benefício. Com isso, considerando que em 2021 completou 50 anos do PRORURAL, o estudo esteve atrelado ao princípio de analisar como as aposentadorias têm colaborado na economia rural desde a sua implementação. A pesquisa foi realizada em duas etapas: na primeira etapa realizamos um levantamento de informações das moradias rurais a partir de relatórios administrativos produzidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina. Nesse primeiro momento observamos informações sobre composição econômica das famílias e número de aposentados por família. Em um segundo momento realizamos diversos trabalhos de campo em diferentes comunidades. Esses trabalhos de campo se efetivaram no decorrer do ano de 2022. No processo de coletar dados foram usados questionários semiestruturados e visitas guiadas nos terrenos rurais. As visitas era um importante momento para conversar com as famílias sobre as transformações no terreno e formas de manutenção familiar. Nas entrevistas, os entrevistados

falavam tanto para si como também apontavam informações de seus vizinhos e da comunidade. Coletamos dados de aproximadamente 540 famílias rurais. Todos os dados foram registrados em cadernos de campo.

A hipótese que norteou esta pesquisa era a de que as aposentadorias rurais assumiam um lugar de destaque na economia das famílias rurais diamantinenses. Hipótese que foi confirmada na conclusão do estudo. Para tanto, este texto vem analisando alguns resultados encontrados.

Em relação à sua exoestrutura, este artigo se divide em quatro tópicos, sendo que nos dois primeiros é feita uma contextualização histórica acerca das aposentadorias rurais no Brasil, consoante processo de conquista de direitos desta natureza para a população rural e, em seguida, os primeiros anos de aplicação de tais garantias em Diamantina-MG. Para o tópico seguinte foi feita a opção de apresentar dados coletados de forma integral para duas comunidades rurais: as comunidades de Pinheiro e Córrego Fundo. Em seguida, a abordagem desenvolvida constitui o núcleo do artigo, na medida em que apresenta uma análise sobre as aposentadorias rurais na economia das famílias rurais de Diamantina, imersa na conformação do cenário econômico das famílias rurais no município. Por questões éticas, foi feita a opção por manter apenas as iniciais dos entrevistados no trabalho.

## 1 AS APOSENTADORIAS RURAIS NO BRASIL: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Diferente dos trabalhadores urbanos que tiveram parte de suas demandas de ordem trabalhistas reconhecidas e contempladas desde as décadas de 1930 e 1940, sobretudo, consagradas com a Consolidação das Leis do Trabalho promulgada em 1943, não foi o mesmo caso para os trabalhadores que residiam no meio rural. Fruto de uma histórica presença da dominação das oligarquias rurais, os trabalhadores do meio rural brasileiro só vieram a ser contemplados com direitos de ordem trabalhista e social na segunda metade do século XX. A hegemonia das oligarquias rurais no Brasil fez com que tentativas de extensão de direitos, como os quais estavam sendo implementados no meio urbano, não fossem levados aos trabalhadores do campo. Ainda que, vale destacarmos, estava nos planos do governo Vargas contemplar tais trabalhadores (Medeiros, 1995; Picolotto, 2011; Ramos, 2011; Dezemone, 2012; Welch, 2016).

A alegação do segmento patronal agrícola era de que no meio rural não comportava fragmentação em classes ou segmentos trabalhistas, o que era um critério na conquista dos direitos que estavam sendo implementados no meio urbano, visto que era necessária uma classe trabalhista para ser contemplada com direitos previstos na legislação vigente (Matijascic, 2015). A justificativa defendida pelo segmento patronal era que todos os setores rurais sofriam com os mesmos males, bem como estavam sujeitos às mesmas adversidades e situações; logo, uma fragmentação não era adequada. Na verdade, essa justificativa mascarava a violência da submissão que avançou séculos de nossa história nacional. E esse entrave do patronato rural barrou por décadas a conquista de tais direitos. O meio rural brasileiro viveu um intenso momento de embates e conflitos entre as décadas de 1940 e 1960, com várias bandeiras de lutas e reivindicações, entre elas a extensão dos direitos urbanos aos trabalhadores do campo, mas essa empreitada encontrou diferentes barreiras, dificultando o sucesso da conquista dos mencionados direitos (Ramos, 2011).

A década de 1960 foi importante na história do desenvolvimento de políticas voltadas ao segmento de trabalhadores do meio rural. Resultado de anos de lutas no meio rural brasileiro, por parte do segmento de trabalhadores, apoiados e motivados por segmentos políticos e sociais que buscavam a quebra da hegemonia patronal, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), algumas ações avançaram em termos práticos. O cenário político formado no Brasil, nos primeiros anos da década de 1960, era favorável. Contava com uma significativa abertura política para os segmentos trabalhistas, especialmente com a estada de João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro), na Presidência da República (Stein, 2008).

Em 1963, resultado das demandas para o segmento rural, foi instituído o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Para os propósitos deste trabalho não nos interessa aprofundar nas análises sobre a referida legislação. No entanto, carece-nos dizer que o ETR regulamentava o trabalho no campo; e o que mais nos interessa aqui foi à criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). O Fundo previa a prestação de assistência médico social ao trabalhador rural e seus dependentes, bem como a gestão da previdência rural. A estrutura para a conquista dos direitos básicos pelos trabalhadores do campo estava posta, restando a sua efetiva aplicação. Entretanto, o contexto político e social do Brasil mudou, isso devido a alteração de governo, ocorrida em 1964, com a introdução da ditadura militar.

A estrutura que tinha sido posta em questão foi parcialmente desmantelada, criando

novamente um abismo para a conquista dos direitos para a população de trabalhadores do campo, que prorrogou em mais alguns anos o alcance de tais direitos. No entanto, as lutas continuaram existindo, ainda que de forma diferente, consoante a nova conjuntura instalada naquele momento. Entretanto, dentro dos propósitos do regime militar, houve, no começo da década de 1970, conquista efetiva de direitos para os trabalhadores rurais. Preservando as não inéditas contradições em nosso plano social brasileiro, nesse período os trabalhadores rurais conquistaram direitos fundamentais. Naquela conjuntura, havia interesse por parte dos governos militares em acalmar de vez os ânimos dos movimentos de reivindicação de direitos no campo. Além disso, imerso em princípios de modernizar o campo, com a ambição fundamentada em uma pretensa modernização e avanço da produtividade rural, a implementação de um sistema de assistência aos trabalhadores parecia uma saída conveniente<sup>1</sup>.

No ano de 1971 foi instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL). A Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, retomou a estrutura do FUNRURAL, subordinando-o ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, atribuindo-lhe personalidade jurídica de natureza autárquica, cujo papel seria a execução do PRORURAL. Já o PRORURAL, por sua vez, garantia aos trabalhadores rurais aposentadoria por velhice e por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social. Caberia, então, ao FUNRURAL gerir e operacionalizar tais garantias, que foram efetivamente instituídas no meio rural.

Os trabalhadores a partir do PRORURAL teriam direitos, em caso de se aposentarem, isso com idades acima de 65 anos, a meio salário-mínimo corrente que seria destinado ao “chefe de família”, ou seja, aquele que se consolidasse como o provedor do lar. Em sua maioria, sendo os homens (Brumer, 2002). No caso de pensão por morte do cônjuge receberiam 30% do salário-mínimo. As aposentadorias e as assistenciais médicas e funerárias seriam dadas a partir da comprovação da atividade rural do trabalhador, sem qualquer custo. A comprovação da condição de trabalhador rural, apto ao recebimento das assistências, poderia se dá junto de um escritório da representação do FUNRURAL, ou então por parecer de sindicatos de trabalhadores rurais.

Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreram mudanças em termos de aposentadorias rurais. Consoante o que estava sendo previsto na Constituição Federal de 1988, houve remodelação nos

<sup>1</sup> Sobre isso, ver trabalhos de: SCHWARZER (2000).

benefícios rurais, universalizando os atendimentos ao segmento rural. Além disso, se antes o valor percebido pelo provedor do lar equivalia a meio salário-mínimo corrente, a partir deste momento o salário passou a ser integral. Houve também diminuição da idade de 65 para 60 anos para homens, prevendo também a idade de 55 anos para mulheres, uma vez que estava sendo implementado também a igualdade de condições de acesso aos benefícios para homens e mulheres, sendo possível a ambos o usufruto do direito (Brasil, 1988). Essas transformações ampliaram a cobertura desta natureza de benefício às famílias rurais.

## 2 AS APOSENTADORIAS RURAIS EM DIAMANTINA: PRIMEIROS ANOS

As garantias provenientes do PRORURAL chegaram a Diamantina-MG concomitantemente ao processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina (STRD): iniciada em 1971 e tendo a instituição sido reconhecida em janeiro de 1972<sup>2</sup>. Vale ressaltar que a fundação do STRD atendia, entre outros, aos interesses de ofertar assistências sociais variadas aos trabalhadores rurais. Tomando conhecimento das ações de outras instituições sindicais e aliado aos interesses de garantir, em especial, atendimentos de saúde para a população, o STRD estava sendo fundado para prestar assistências aos trabalhadores rurais<sup>3</sup>.

Em meio ao processo de fundação do STRD, foi instituído o PRORURAL, o que fez com que o STRD acelerasse a sua fundação e reconhecimento, buscando atuar na operacionalização das garantias previstas no Programa. A atuação do STRD frente à operacionalização do PRORURAL seria na captação do trabalhador rural, levando-os em busca de seus direitos. Além disso, essa atuação do STRD seria ainda mais evidente à medida que se fundamentava no Decreto nº 69.919, de 11 de janeiro de 1972. A referida legislação regulamentava o PRORURAL e recomendava aos sindicatos fiscalizarem e atuarem em cooperação com o FUNRURAL para a concessão dos benefícios do PRORURAL. Nesse sentido, o STRD não só atuava ajudando no reconhecimento de quem poderia ser contemplado com as garantias do PRORURAL, como também atuou, em âmbito

<sup>2</sup>STRD – Carta Sindical. Arquivo institucional – secretaria.

<sup>3</sup> A temática da sindicalização de trabalhadores rurais em Diamantina/MG foi objeto de estudo em minha dissertação de mestrado, realizada pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O trabalho encontra-se disponível no repositório institucional. A dissertação também foi publicada no formato de livro sob o seguinte título: “Trabalhadores, terra, sindicato: sindicalismo rural em Diamantina-MG (1970-1985)” (Editora Dialética, 2023).



institucional, na oferta de serviços de saúde.

A popularização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantina também se deve a intermediação e operacionalização do PRORURAL e junto ao FUNRURAL. O STRD valeu-se de sua atuação nesse processo para inserir-se entre os trabalhadores de forma a ganhar adesão mais facilitada desse segmento, a fim de sindicalizá-los. Um ponto relevante desse processo é que dado o caráter bastante ativo do Sindicato na busca de trabalhadores e sua intermediação constante, o STRD ganhou uma visão de responsável pelas garantias que estavam sendo instituídas. Dito de outra forma: as pessoas começaram a associar a introdução das garantias recém-adquiridas ao Sindicato, como se a fundação daquela instituição tivesse relação direta com tais benefícios instituídos.

O STRD não se preocupou de mudar esta visão, pelo contrário, alimentou-a, a ponto de formar a instituição com as bases de oferta de serviços desta natureza. Para tanto, percebe-se até os nossos dias a associação sindicato/aposentadoria, como se a sindicalização fosse critério fundamental para chegar até o benefício. Dando destaque aqui à questão da aposentadoria, esta tornou-se um ponto fundamental para o STRD alcançar novos sindicalizados. Nos primeiros anos de atuação da instituição sindical, as reuniões e busca por novos sócios sempre contavam com a justificativa da aposentadoria, elemento bastante convincente. Ao que se percebe é que houve muita adesão justamente tomando por base o propósito da aposentadoria<sup>4</sup>.

A chegada da aposentadoria rural em Diamantina ocasionou mudanças variadas no cenário regional e local. A rápida adesão à sindicalização e à popularização da garantia previdenciária marca um processo em que os trabalhadores rurais assinalaram se tratar de um “novo tempo”. A ideia desse “novo tempo” está associada a concepção de que as aposentadorias vieram em um momento em que o rural estava precisando deste tipo de Programa governamental, uma vez que o êxodo rural era uma realidade crescente, a urbanização estava sendo posta em discurso como a melhor e mais adequada opção e deixar o meio rural estava sendo uma realidade bastante comum.

Além disso, as atividades econômicas desenvolvidas no meio rural não estavam dando conta de suprir com as necessidades básicas de forma significativa<sup>5</sup>. A venda de produtos agrícolas estava diminuindo gradualmente, frente à chegada de fornecedores fixos para abastecimento dos mercados.

<sup>4</sup> STRD – Levantamento de informações para sindicalização rural – pasta: documentos avulsos 1971/1973.

<sup>5</sup> STRD – Relatório de novos sindicalizados 1972/1973 e 1974/1976 – pasta: documentos avulsos dos anos correspondentes.

A atividade garimpeira também estava sofrendo restrições, em especial com a introdução da lógica do “garimpo de bombas” e o discurso de estagnação rural, presente em nível nacional, frente ao progresso urbano, estava alimentando a ideia de que o rural não ofertava condições para permanência. Tornando-se cada dia mais evidente a dicotomia rural/urbano. Conforme apontado por alguns entrevistados, a aposentadoria reteve trabalhadores em suas terras, pois somado as outras garantias previstas na legislação vigente, era possível permanecer no meio rural, tendo algumas garantias.

Quando veio o Sindicato eles vieram aqui e falaram para os mais velhos que ia ter esse negócio de aposentadoria, aí os mais velhos iam entrando e passando pouco tempo já aposentavam. Nossa, a vida era difícil e parece que nessa época ainda estava pior. Quando veio essa aposentadoria, teve gente que até chorou, mais foi isso, foi o Sindicato que veio aqui e buscou essas pessoas pra aposentar. Ganhavam era meio salário-mínimo [...], mas era assim, os mais velhos foi entrando logo e conseguindo aposentar. [...] Bendita foi à hora que essa aposentadoria chegou aqui pra nós. [...] Se não tivesse sido essa aposentadoria que o povo estava conseguindo aqui, teria que sair pra fora para dá jeito na vida.<sup>6</sup>

Quando mãe aposentou as coisas mudaram demais dentro de casa. Até na alimentação, antes as pessoas não comiam grande coisa não. Era o que tinha pra comer, comia. [...] Foi esse Sindicato que quando chegou aí e veio falando com o povo para aposentar, quando chegava a idade certa eles logo entravam em contato, que foi aposentando muito desses mais velhos e era uma coisa boa demais. Muita gente fugiu de passar fome foi por causa dessas aposentadorias, ainda mais gente que ficava velha e não tinha família.<sup>7</sup>

Nesse sentido, a aposentadoria passou a assumir uma importância fundamental para a população rural, que via nessa garantia uma forma de ter maior segurança em relação à vida na roça. Diante disso, verifica-se que no decorrer dos anos seguintes, a aposentadoria continuou assumindo papel central no processo de permanência nas terras e mesmo retorno para o meio rural. Verificou-se que como um fenômeno comum o retorno de pessoas mais velhas que moravam nas cidades e retornam para as áreas rurais em busca de serem contemplados com a aposentadoria. No retorno, várias dessas pessoas mantem-se no campo. Desse modo, observa-se aqui, a dimensão e a importância das aposentadorias rurais. Em conformidade com o objetivo deste estudo, na sequência serão feitos apontamentos a respeito do papel dessas aposentadorias para a economia rural

<sup>6</sup> Depoimento de M. N. S. P em entrevista realizada em janeiro de 2020. O depoimento foi colhido durante o processo de pesquisa em âmbito do mestrado, o qual foi defendido em 2020 no PPGER/UFVJM.

<sup>7</sup> Depoimento de G. R. S. em entrevista em novembro de 2019. Depoimento colhido no processo de pesquisa para estudo em âmbito de curso de mestrado.



diamantinense. Antes disso, será apresentado um estudo de caso para ajudar a fundamentar as informações que serão apresentadas.

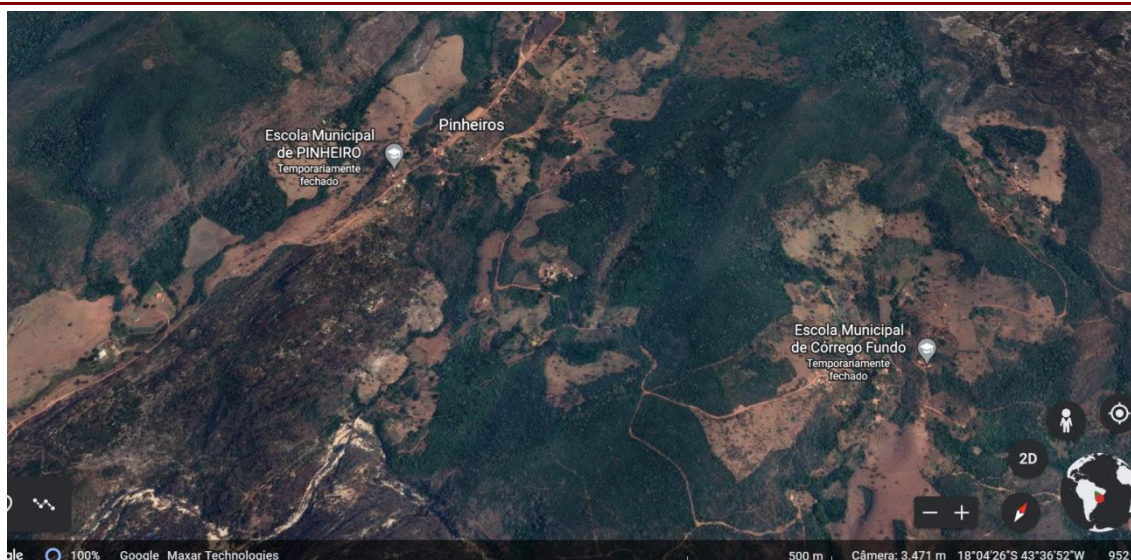
### **3 UM ESTUDO DE CASO PARA AS COMUNIDADES DE PINHEIRO E CÓRREGO FUNDO**

Metodologicamente foi feita a opção por apresentar um estudo de caso no começo deste artigo. Desse modo, os dados que serão apresentados serão discutidos na sequência abarcando elementos mais amplos, encontrados nas demais comunidades rurais. Os dados integrais ajudam-nos com um panorama geral. A escolha das comunidades de Pinheiro e Córrego Fundo se deu devido a maior proximidade do pesquisador com as comunidades, assim facilitando a coleta de dados detalhados. Embora os dados que vão ser apresentados pertençam às comunidades mencionadas, as análises acerca desses se aplicam a todas as demais comunidades rurais de Diamantina, ou seja, as causas que levaram a formação dos dados são vistas em todas as comunidades rurais. Portanto, as tabelas pertencem às comunidades de Pinheiro e Córrego Fundo, mas as análises são aplicadas a todo o meio rural diamantinense. A comparação dos dados entre comunidades foi feita levando em conta os cadernos de campo, produzidos no período de visitação das comunidades e os questionários produzidos nas entrevistas. Concluiu-se, com isso, que os mesmos problemas têm afetado as comunidades rurais de modo geral, tendo poucas oscilações em questões específicas<sup>8</sup>.

As comunidades de Pinheiro e Córrego Fundo ficam no entorno do Parque Estadual do Biribiri, localizando-se a aproximadamente 20 e 26 km de distância da cidade de Diamantina, respectivamente. Embora sendo duas comunidades distintas, são interligadas, tanto em termos de serviços usados, como transporte coletivo e serviços de saúde, quanto à interação entre os sujeitos em diferentes perspectivas. É inviável analisar apenas uma comunidade dado a condição de proximidade das duas, conforme é possível constatar na imagem a seguir.

---

<sup>8</sup> Desse modo, os dados das comunidades de Pinheiro e Córrego Fundo foram analisados de forma integral, coletando dados de todas as residências. Já para as demais comunidades rurais, foram levantados dados de uma parcela da população de cada local.



**Figura I – Localização das comunidades de Pinheiro e Córrego Fundo**

Fonte: Google Earth, recortado pelo autor em 10/01/2023.

Nota: as áreas das escolas municipais representam as sedes das comunidades.

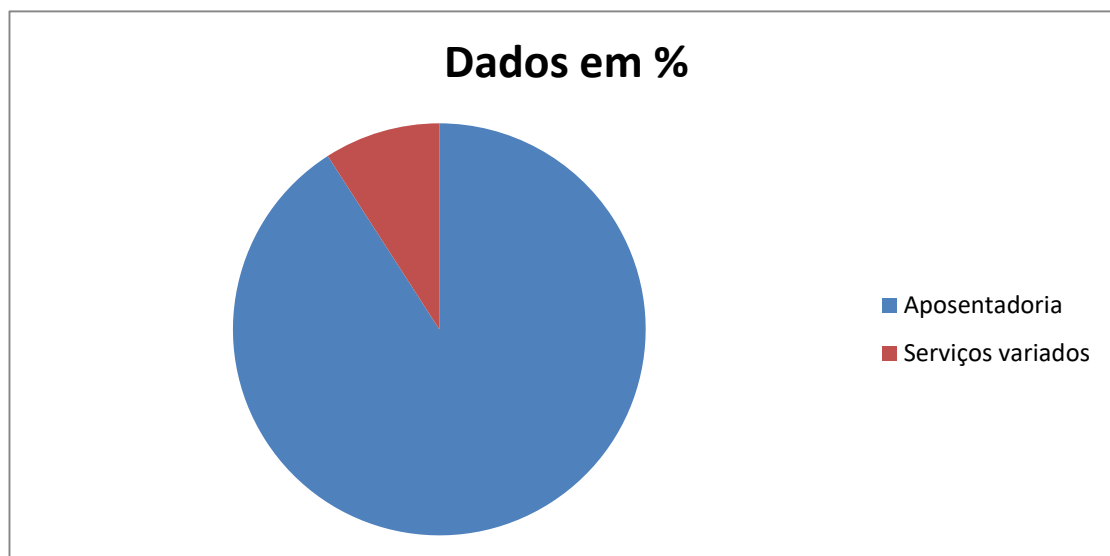
Sobre essas comunidades, observemos os dados e em seguida abordaremos as informações relacionando com as demais comunidades rurais de Diamantina.

**Tabela I – dados sobre residências rurais com informação de casas de temporadas e casas habitadas, Pinheiro e Córrego Fundo, 2022.**

Casas Habitadas	%	Casas de temporadas	%
88	54	74	46%
Total de residências: 162			

Fonte: cadernos de campo.

**Gráfico I – Principal fonte de renda nas comunidades de Pinheiro e Córrego Fundo, considerando o número de residências habitadas, 2022.**



Fonte: Cadernos de campo do pesquisador – (91% aposentadoria / 9% serviços variados).

**Tabela II – Informação sobre a presença de jovens entre 15 e 21 anos nas residências rurais em Pinheiro e Córrego Fundo, 2022.**

Com jovens	%	Com jovens que se mudaram, deixando o rural.	%	Sem jovens	%
12	14	62	70	14	16

Fonte: caderno de campo do pesquisador.

**Tabela III – Informação de residências que vendem produtos agrícolas regularmente ou somente consumo.**

Com vendas de produtos regularmente	%	Somente para consumo	%
22	25	66	75

Fonte: caderno de campo do pesquisador.

Nota: observou-se que em algumas residências são feitas vendas, mas apenas em períodos muito específicos, como épocas de horta. Portanto, não foi considerado na composição da renda regular. Além disso, são vendas de poucos produtos, não tendo grande lucratividade.

Após a observação dos dados do estudo de caso, carece-nos analisá-los. Como já informado, a análise não se restringirá às comunidades de Pinheiro e Córrego Fundo, mas abordaremos elementos do meio rural de Diamantina como um todo. As informações constantes nos cadernos de campo, elaborados no decorrer desta pesquisa, são a base fundamental para as análises apresentadas. Todas as análises transcorrem no interesse de mostrar como a economia rural diamantinense está formada. Para tanto, os determinantes selecionados são imprescindíveis para a observação do cenário econômico das áreas observadas.

Tem-se observado um fenômeno bastante comum no meio rural diamantinense: trata-se do esvaziamento das casas habitadas, dando lugar a casas de temporadas. Fez-se a opção aqui por usar a denominação “casas de temporadas” para as unidades de moradas que se encontram fechadas, recebendo pessoas somente em épocas específicas, como finais de semana, feriados, férias ou período de festividades, em geral. A esse ponto, percebe-se que as casas (em sua maioria) não contam com caseiros ou qualquer trabalho regular, ficando fechadas. Essas moradas são de pessoas que residiam no meio rural, migrando para áreas de cidade ou outras regiões para trabalho, levando toda a família.

Tem crescido também o número de casas que são vendidas por pessoas que antes residiam nas comunidades, migrando para outras localidades, em sua maioria nas cidades, compradas por pessoas do meio urbano, para temporadas. Essas casas são construídas, em regra, com finalidades de lazer, contando em poucos casos com plantios de hortaliças e árvores frutíferas. Algumas dessas casas preservam os quintais já adquiridos na compra do imóvel. Para algumas comunidades mais próximas da sede urbana, contando com melhor infraestrutura, especialmente em relação a acesso, em termos de estradas, tem recebido, frequentemente, pessoas que trabalham nas cidades e residem nessas comunidades. Um exemplo desse fenômeno tem sido bastante encontrado nos distritos de Sopa e Guinda.

Deve-se pontuar, também, alguns retornos de pessoas para o meio rural para conquistar suas aposentadorias. Nesse último caso, são pessoas mais velhas, com faixa etária superior aos 40 anos de idade. Geralmente, percebe-se que esses retornos se dão para as residências que antes estiveram fechadas, retomando atividades agrícolas. A pretensão do retorno futuro para pleitear aposentadoria rural faz com que muitas famílias optem por não venderem as suas moradas, prevendo um retorno em anos posteriores. Diante desse cenário, o que se percebe é que habitações com produção agrícola

e com famílias dedicadas ao trabalho rural como atividade principal tem diminuído consideravelmente. Cresce o número de residências que ficam fechadas no dia a dia, cresce o número de casas de temporadas e diminuí o número de residências ocupadas por pessoas que se dedicam ao trabalho rural, ou residem no meio rural de forma contínua.

#### **4 AS APOSENTADORIAS NA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS EM DIAMANTINA**

Importantes estudos tem demonstrado que a aposentadoria rural tem contribuído de forma significativa com a manutenção dos espaços rurais, sobretudo em âmbito da agricultura familiar. Além disso, tem colaborado com a melhoria na qualidade de vida dessa população. Delgado (1997) abordou sobre a importância assumida pela aposentadoria rural em termos socioeconômicos no meio rural. O autor ainda reforçou, em trabalhos posteriores, a importância assumida pelos idosos na manutenção das famílias rurais, assumindo papel fundamental na manutenção do lar em função das aposentadorias (Delgado, 2000; Delgado; Cardoso, 2004).

Freitas (2017) também realizou estudo nesta direção. Com abordagem envolvendo estudos sobre a questão de gênero – neste caso o lugar da mulher idosa –, ressaltou como a aposentadoria tem servido de suporte na manutenção e melhoria na qualidade de vida de diferentes sujeitos. Alkim (2016) também desenvolveu estudos reforçando o papel das aposentadorias e dos aposentados na manutenção econômica de famílias rurais. Moreira (2010), tratando das formas de acesso à previdência rural e seus desafios, demonstrou que a previdência rural tem importante papel na manutenção econômica dos lares, proporcionando melhorias na qualidade de vida das famílias rurais.

Também foram desenvolvidos importantes estudos abordando tais temáticas para o Sul do Brasil, a exemplo de Biolchi (2002), cujo estudo demonstrou a importância da Previdência Social para a manutenção da vida rural gaúcha. Caldas e Anjos (2007) pontuaram a importância das aposentadorias rurais no custeio e amparo as atividades agrícolas, bem como na manutenção das famílias. Os estudos desses autores convergem ao abordar sobre o papel que as aposentadorias têm assumido na vida das famílias rurais nos últimos anos. Demonstrando, então, que a Previdência Social Rural tem proporcionado melhores condições de vida e contribuindo na manutenção das atividades por parte dos sujeitos do campo, em diferentes regiões.



Como já indicado, a hipótese inicial desta pesquisa era a de que a aposentadoria tem tido uma importância fundamental na manutenção econômica de um número significativo de famílias residentes no meio rural de Diamantina nos últimos anos. A hipótese foi prontamente confirmada nos primeiros momentos da investigação. No trabalho de campo, a principal pergunta feita aos trabalhadores rurais era qual a base da economia familiar, qual era a principal fonte de renda da família. E, diante disso, percebeu-se que tem sido dada ênfase no papel da aposentadoria rural desde a sua implementação, quando o rendimento ainda era de meio salário-mínimo corrente, na manutenção dos lares e dinâmica econômica das famílias residentes no meio rural.

Nesse caso, a abordagem para Diamantina coloca em análise a dimensão das aposentadorias rurais desde a sua implementação. Os trabalhadores rurais dão destaque às mudanças ocorridas no meio rural afirmando que se várias comunidades rurais não “acabaram” de vez – ou se tornaram lugares apenas de passar temporadas –, isso se deve em boa medida às aposentadorias, que não só favorece a permanência de vários sujeitos em suas terras, como conta com o retorno de outros. Entre os registros encontrados no desenvolvimento da pesquisa, destaca-se uma fala que é significativa a este ponto:

Se não tivesse esse negócio de aposentadoria, ou uma forma de dá maior segurança pra gente e para nossa família, igual sempre teve na cidade, isso aqui já tinha acabado faz tempo. Ou então era assim, só tinha aí como tem muito aí agora, gente que vem aqui só final de semana, mas retorna para trabalhar na cidade. Mas, ter gente definitivamente mesmo, só se fosse nesses lugares aí que tem gente que tem fazenda e faz dinheiro com criação de gado<sup>9</sup>.

Nesse diapasão, algo interessante a se tratar é que os trabalhadores apontam que o meio rural já não apresenta boas condições há muito tempo. Somente sujeitos com boas extensões de terras, fazendeiros, como pontuam os entrevistados, têm melhores condições de vida no meio rural, os trabalhadores não conseguem viver “folgados” com a renda do trabalho agrícola<sup>10</sup>. A importância da aposentadoria rural vem justamente nesse sentido, ao passo que se trata de uma renda fixa e “segura” (indicando que haverá em todos os meses). Outro depoimento também é bastante significativo:

<sup>9</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em julho de 2022. Registros do caderno de campo.

<sup>10</sup> A ideia do viver “folgado” foi observado em diferentes entrevistas, quando indica que o viver “folgado” seja viver com tranquilidade, tendo a possibilidade de manutenção do lar de forma satisfatória, sem grandes preocupações.



A aposentadoria é isso, aqui em casa sempre ajudou muito, primeiro foi minha mãe que aposentou e as coisas melhoraram muito dentro de casa. A gente até trabalhava fora e tudo, mas quando veio a aposentadoria deu pra gente mais segurança, né? Antes a gente tinha na cabeça que tinha que arrumar um serviço certo, né? Não dava para ficar dependendo de garimpo, que estava cada dia mais difícil. Trabalhar pros outros aqui, era difícil, uns arrumava a gente e não pagava direito. Também não era um serviço que tinha sempre. Você tinha o dinheiro se trabalhasse se não trabalhasse não tinha. E foi isso, primeiro mãe aposentou e deu uma equilibrada nas coisas e ela ia ajudando a gente, mesmo depois de casado. Depois a gente foi mantendo até que aposentou também e as coisas melhoram muito<sup>11</sup>.

É preciso destacar que em praticamente todas as comunidades rurais foi observado esse retorno ao passado para identificar que a renda provinda de aposentadorias tem sido importante há bastante tempo. É interessante que a aposentadoria vem se tornando um elo entre as famílias em termos de solidariedade e colaboração desde as suas origens. Percebeu-se que os aposentados mais velhos têm colaborado com os filhos no pagamento de despesas básicas em ajuda a estes. Na prática, foi possível observar que em uma residência em que existem um ou dois aposentados (na maioria dos casos, dois aposentados, sendo o pai e a mãe), com filhos casados, residentes no meio rural, o(s) aposentado(s) assume(m) contas desses para pagar, como as taxas do sindicato, contas de luz e mesmo ajuda com um valor mensal para custear as despesas com netos e mesmo com os filhos.

É bastante comum encontrar um idoso morando na residência rural e que os proventos de sua aposentadoria são os principais na manutenção do lar, enquanto os mais jovens realizam trabalhos na agricultura no próprio terreno ou para terceiros, quando seus rendimentos são considerados complementares. E para os casos observados, os trabalhadores sempre pontuam a importância das aposentadorias na manutenção da casa e como aquele ganho é fundamental. E por saber da importância desses ganhos na manutenção da família, observou-se um cuidado assumido pelos aposentados, tratando-se em “poupar dinheiro”, ou seja, ter uma reserva financeira para imprevistos. A poupança é desenvolvida justamente tendo a dimensão da importância que o aposentado ocupa na manutenção do lar e em caso de sua ausência imediata ocorrer um desequilíbrio. Outra estratégia observada também é a compra de “algo de valor”, tratando-se de coisas em que a família poderia vender ou fazer algum capital em casos de necessidade. Constatou-se, nesse caso, a compra de imóveis, especialmente na área urbana ou gado bovino.

<sup>11</sup> Depoimento de G. R. S. em entrevista realizada em agosto de 2022. Registros em caderno de campo.

A aposentadoria também ocupa outras dimensões na economia familiar, como, por exemplo, na manutenção de jovens que deixam o espaço rural para estudos ou mesmo trabalho, até que se estabeleçam, ajudando na manutenção de aluguéis e despesas básicas. Esse ponto é interessante em destacar, pois há um movimento bem presente por parte dos trabalhadores rurais em incentivar a saída dos jovens rurais em busca de “melhores condições de vida”. Foi possível observar que um número significativo de jovens tem deixado o meio rural a partir do incentivo de pessoas mais velhas. No decorrer deste estudo, percebeu-se que na maioria das casas existe pelo menos um jovem entre 14 e 21 anos (ou mais) que deixou o espaço rural empregando-se nas cidades, ou dedicando-se a estudos.

Há uma questão interessante a se tratar: o incentivo constante para a migração desses jovens, indicando que o rural não oferece boas condições e também não irá oferecer, reforçando que “roça é só pra nós que estamos velhos, roça é para aposentado”. Essa fala foi registrada por diversas vezes, pois é muito reproduzida, reforçando que não se pode ganhar a vida no meio rural se não for com muito “sacrifício” (indicando trabalho intenso). E que, mesmo que se trabalhe muito, não há valor, não há possibilidade de construir a vida de forma satisfatória. Portanto, tem-se percebido uma diminuição significativa de jovens nos espaços rurais. Os que ainda se mantêm nesses espaços, ao serem interrogados sobre continuidade em seus lugares de origem logo respondem que pretendem estudar e não viver na roça. Em algumas raras exceções existem jovens que argumentam que pretendem estudar, fazendo algum curso em áreas como zootecnia, agronomia, medicina veterinária e retornar para a roça para atuar na área.

Em vários momentos em que estive com esses jovens, os próprios sujeitos mais velhos tomaram a palavra e argumentaram que esses jovens precisam ir para as cidades. Precisam procurar “jeito de uma vida mais tranquila” e que ofereça condições para “subir na vida” (melhoria nas condições de vida). Esses trabalhadores defendem esta argumentação tendo por base os sujeitos que trabalham nas roças e que tem tido cada dia menos oportunidades. Sobre isso, a fala de um trabalhador rural foi providencial para os objetivos deste estudo:

Está aí, você não está vendo? Esses que vivem aqui hoje igual (citou nomes de pessoas próximas a ele e que vivia na roça), fica aí trabalhando para um e para outro e é trabalho difícil, duro, pegando sol quente, chuva e essas coisas, e o povo não quer pagar o que pede. Fica nessa luta aí e não consegue nada direito. E nem é sempre que tem serviço também. A gente ficou aqui porque não teve outro jeito e teve que ficar ajudando a família, mas isso aqui vai acabar. Vai ter um tempo que

não vai ficar tendo gente pra trabalhar não. Quem que vai ficar querendo isso? Trabalho sem valor! E isso é assim também, roça é pra gente que já está aposentado, gente que já está de idade<sup>12</sup>.

Com efeito, nota-se que os jovens têm deixado o espaço rural com estímulo de seus familiares e com baixas expectativas de retorno. Outro ponto, trata-se da contribuição dos aposentados na manutenção desses jovens e apoio na estada fora de casa. Essa forma de contribuição ocorre pelo período necessário até que o jovem se estabeleça e consiga se manter<sup>13</sup>. Nesse aspecto, percebe-se outro elemento quanto aos sujeitos que permanecem no meio rural: quando convivendo com o apoio de um aposentado, seja morando em casa ou separado, mas com algum auxílio, trabalha no meio rural em serviços variados, tendo menores preocupações, sabendo da existência do aposentado. De modo geral, a maioria das residências declaram contar com a renda da aposentadoria como base fundamental da economia familiar. Pelos dados levantados, foi possível perceber que mais de 90% dos terrenos registrados contam com a aposentadoria como renda fundamental na manutenção da família.

E em relação às residências que não contam com nenhum aposentado? A grande maioria dos imóveis rurais conta com pelo menos um aposentado, mas também tem residências sem aposentados. Nesse caso, percebeu-se que nessas residências, geralmente, os sujeitos que ali se encontram trabalham em atividades variadas, tanto de caráter agrícola como não agrícola. Trata-se de pessoas que possuem algum plantio que comercializam, somado a trabalho para terceiros, inclusive em serviços temporários na manutenção das casas de temporadas, prestando serviços na capina, roçado, entre outros. Além disso, verificou-se a presença de trabalhos na extração mineral e vegetal. No primeiro caso, vários trabalhadores ainda atuam em pequenas faisqueiras, que são garimpos manuais, conseguindo apurar algum ouro para venda e manutenção da família. Em épocas específicas e em algumas comunidades, a colheita de sempre-vivas e outras espécies de flores são fundamentais para composição da renda familiar.

É possível que localizemos também sujeitos que trabalham em atividades como pedreiros, carpinteiros, caseiros e comerciantes. Geralmente todos esses possuem terras e mesclam as atividades agrícolas e não agrícolas. É baixo o número de famílias que vivem exclusivamente do

<sup>12</sup> Depoimento de T. M. M. em entrevista realizada em julho de 2022.

<sup>13</sup> Os principais destinos desses jovens são para Diamantina ou Belo Horizonte. Percebeu-se que isso varia de comunidade para comunidade. Em algumas delas a maioria dos jovens vão para Diamantina e em outras delas vão para Belo Horizonte. Existem também casos, em menor quantidade, de jovens que vão para outros Estados como, por exemplo, São Paulo.

serviço agrícola. Geralmente as famílias mesclam atividades variadas. Em casas onde tem criação de gado bovino, trabalham também com comércio, beneficiamento de produtos, prestação de serviços, entre outros<sup>14</sup>. Nesse caso, a renda dessas famílias vem de diferentes lugares, inclusive, em alguns casos, proveniente do recebimento de aluguéis de imóveis no espaço urbano.

No caso de famílias em que declaram ser a aposentadoria a maior fonte de renda, houve situações em que indicaram receberem rendas de aluguéis também, no entanto, reforçaram que os aluguéis caracterizavam como renda complementar, dado o fato de ser menor que os proventos de aposentadoria; portanto tendo menor peso na manutenção econômica da família. É preciso destacar que os trabalhadores que se identificam como “autônomos” ou “prestadores de serviços” indicaram que são beneficiados pelas aposentadorias rurais, isso de forma indireta. Em uma observação realizada por alguns sujeitos que atuam na prestação de serviços como capina, roçado ou exercem a função de pedreiros e carpinteiros relataram que a maioria das pessoas que contratam os seus serviços na atualidade são aposentados. Logo, suas rendas também se originam, em alguma medida, de aposentadorias rurais, de forma indireta. A esse ponto, um comentário faz-se pertinente:

Se não fossem os aposentados aqui, até serviço para quem precisa, quem não tem muitos jeitos de ganhar dinheiro não era fácil. Hoje em dia quem mais arruma gente para trabalhar aqui é aposentado. Até porque também aqui quase que é o puro (somente) aposentados. [...] E é assim, antes, há uns anos atrás, quando arrumava gente para trabalhar era muito em troca de alguma coisa, troca de dia de serviço, pagava com despesa, porque o dinheiro não era fácil, não corria fácil. Tinha vezes que a gente arrumava os outros para trabalhar e pagava com dinheiro, mas na maioria das vezes era troca que a gente fazia. [...] essas aposentadorias ajudaram até nisso, você sabe? Que as pessoas começaram a trabalhar pros outros mais para pagamento em dinheiro mesmo. As pessoas passaram a nem ficar aceitando esses negócios de troca em despesa ou dia não, o dinheiro era melhor. [...] Até os trabalhadores já não queriam trabalhar se não fosse por dinheiro não. O mais certo ficou sendo o dinheiro mesmo<sup>15</sup>.

Com relação a outras fontes de renda no meio rural diamantinense foi verificado sobre a produção de alimentos. O interesse, nesse dado, era o quanto a produção de alimentos contribuía na renda familiar, bem como na manutenção do terreno. O resultado obtido na coleta de dados mostrou o número de famílias que vivem apenas da produção de alimentos é extremamente baixa. Nesse

<sup>14</sup> Esse fenômeno tem sido identificado na Sociologia rural e em áreas das Ciências Agrárias como pluriatividade, sendo a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas em um mesmo terreno familiar. Sobre o conceito, ver Schneider (2007).

<sup>15</sup> Depoimento de A. C. S. em entrevista realizada em julho de 2022.

caso não foram consideradas as demais atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas por uma mesma família.

No trabalho de campo observamos que as famílias que declaram obter maior renda na produção de alimentos não estão associadas a monoculturas, mas sim a uma combinação de atividades. Isso se deve ao fato de nesses terrenos, além de não disporem de grandes porções de terras, também são cultivadas diferentes espécies de alimentos que são colhidos em épocas específicas do ano. Verificamos famílias que atuam em plantios de hortas, roçado de mandioca, milho, cultura de bananas, laranjas e outras espécies. Além disso, contam com produção de doces e conservas.

Um número maior de famílias que declararam extrair a maior renda familiar dentro do próprio terreno indicou o desenvolvimento e a combinação de atividades desde a produção de alimentos até o desenvolvimento de outras atividades, como beneficiamento de produtos para terceiros, em engenhos de farinha, fubá ou em diferentes formas de combinar atividades agrícolas e não agrícolas. Foi possível perceber que a maioria desses terrenos também conta com criação de gado bovino, dentre outros animais, que também contribuem na renda, em diferentes formatos, inclusive na venda de estercos (fezes bovinas) para outras famílias. Nesse caso, após analisados os dados colhidos, foi possível perceber que dentro de uma classificação das principais origens da renda familiar à aposentadoria vem em primeiro lugar e na sequência vem a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, incluído extrativismo, e, por fim, um pequeno número que declaram tirar sua maior renda na produção de alimentos.

No propósito de analisar a economia rural diamantinense nos últimos anos, verificando o peso das aposentadorias na manutenção econômica das famílias rurais, constatamos que as aposentadorias não só têm peso significativo na economia das famílias como também tem impacto positivo na manutenção das comunidades rurais. A esse ponto, alguns elementos que foram observados no contexto da pesquisa devem ser destacados, alguns deles vamos retomar para uma síntese.

Um primeiro ponto trata-se das transformações que tem ocorrido na própria forma de manutenção do lar. As famílias indicam que a introdução dos recursos da aposentadoria vem há anos permitindo transformações variadas na vida de diferentes famílias. Destaca-se, por exemplo, melhorias na qualidade da alimentação, na possibilidade de incrementar a dieta familiar. Um dado

importante e bastante destacado por diversos entrevistados é que o número de pessoas carentes nas comunidades era elevado, com baixas condições de aquisição de alimentos nutritivos e com maior variação. E que devido à conquista de aposentadorias, este número vem reduzindo continuamente. Com isso, percebeu-se que na tratativa da carência de famílias rurais, as aposentadorias já eram importantes em outros contextos, como, por exemplo, em casos de famílias aposentadas que continuamente doavam alimentos e, ademais, concediam ajuda financeira a outras famílias em situações de vulnerabilidade.

Outro aspecto nessa mesma natureza tem se verificado. Trata-se da melhoria das casas de morada, o que foi frisado por muitos entrevistados: várias casas vêm sendo reformadas com tijolos, colocando cerâmica, pintando com tinta industrializada, construindo banheiros e compra de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos<sup>16</sup>. Após a identificação desses relatos, uma nova pergunta foi incorporada aos questionários: mas, isso não ocorre para pessoas não aposentadas? As respostas convergem ao afirmarem que sim, que isso ocorre com outras pessoas não aposentadas, mas é muito mais presente entre famílias com rendas fixas. De outro modo, isso ocorre em casos de famílias com outras fontes de renda significativa, boas colheitas e o trabalho no garimpo, que entre percursos conflituosos nos últimos anos, em termos de ter se tornado cada dia mais restrito, mas ainda fez com que muitas pessoas conquistassem rendas significativas. Também teve destaque para pessoas que trabalham para terceiros, com renda fixa ou no trabalho de comercialização de flores nativas.

Com isso, indicam que um número significativo de pessoas vem reformando suas casas, melhorando seus modos de vida através da renda fixa. Nesse processo aparece também a aquisição de veículos – como carros e motos –, além de animais como gado bovino e equino. Um dado que não podia nos escapar é sobre a reafirmação constantemente vista sobre “ganho fixo” ou “renda fixa”. Verificou-se que mesmo que algumas famílias tinham outras fontes de renda que de alguma forma seria superior à renda da aposentadoria, o determinante “renda fixa” tinha um peso significativo no emprego desses recursos. Dito de outra forma, essas famílias gastavam a aposentadoria em compras parceladas, financiadas ou de outro formato que não a vista em função de ter certeza que o pagamento ocorrerá em todos os meses. Logo, essa certeza da existência do pagamento contrasta com os rendimentos variáveis ou incertos, quando partidos de outras fontes não fixas e passíveis de contratempos. Nesse processo, destaca-se também a adesão a empréstimos

<sup>16</sup> Caderno de campo. Relatos avulsos de entrevistados.



bancários, muito comuns entre essas famílias. Esses empréstimos têm fins variados, entre eles a compra de automóveis, animais, reformas e outros.

Ao estimular esses trabalhadores rurais ao realizar um balanço sobre a importância das aposentadorias rurais em suas comunidades, são firmes em defender o peso que os aposentados possuem na manutenção não só de suas famílias, mas de suas comunidades. É interessante notar, então, que há um movimento voluntário dos entrevistados em reafirmar as mudanças sociais e econômicas em suas comunidades, desde a introdução das aposentadorias rurais. O período em que as aposentadorias não existiam ainda figuram em suas memórias, o que favorece a construção da importância do benefício, bem como analisar o contexto com e sem o recurso. Diante disso, reforçam continuamente que o espaço rural não está em seus melhores dias, isso em termos de produção de alimentos ou manutenção da vida a partir da atividade agrícola, mas a previdência rural e o “direito de se aposentar”, como comumente é narrado, tem segurado as pessoas no campo. Nessa perspectiva, eles reforçam que, de outra forma, se não houvesse essa renda, o rural estaria “muito mais abandonado como já está” ou seria apenas casas de temporadas ou para pessoas com empregos fixos; seria, por fim, uma outra realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título deste artigo foi construído ao final da pesquisa, quando se verificou a importância que os trabalhadores davam ao contexto histórico da implementação das aposentadorias. É verdade que o melhor caminho para chegar aos nossos objetivos era realmente compreender a partir do contexto de introdução dos benefícios mencionados, pois as aposentadorias rurais podem significar a base de renda de muitas famílias rurais na atualidade, mas as transformações do rural vêm ocorrendo gradualmente, assim como as formas de vida dessas famílias tem sofrido modificações substanciais nos últimos anos.

A implementação do PRORURAL, consoante às garantias previdenciárias, trouxe novos rumos para o meio rural, isso é um fato incontestável e estudado em diferentes perspectivas. A extensão de direitos antes inéditos para essa população vem favorecendo a reorganização das formas de vida dessas famílias. Além disso, o meio rural tem vivido um esvaziamento contínuo, verificado não só no plano regional, mas é um fenômeno nacional e longe de ser recente. As cidades

já vêm sendo lugares vistos como alternativas para a melhoria de vida para as populações rurais faz tempo e, conforme avaliado por eles mesmo, se não tivesse ocorrido um amparo ao rural, com políticas que os contemplasse de algum modo esse esvaziamento teria sido intensificado.

As aposentadorias rurais têm assumido papéis significativos no meio rural diamantinense, tanto em âmbito interno, relacionado às famílias, quanto externo, relacionado à comunidade. No caso interno, tem melhorado a qualidade de vida das famílias, favorecendo a reorganização da família em diferentes perspectivas, desde a manutenção do lar, nos aspectos básicos como no favorecimento de recursos para estudos de jovens. No âmbito externo, as aposentadorias também assumem papel significativo em suas comunidades ao passo que contribuem com a renda de trabalhadores prestadores de serviço e movimentam a economia da comunidade. Desse fato, tem percebido que as aposentadorias têm tido papel fundamental no andamento das comunidades rurais desde o seu surgimento, com a promulgação do PRORURAL.

## REFERÊNCIAS

- ALKIMIM, S. F. G. **O Lugar de Aposentado Rural na Agricultura Familiar**. 2016, 156p. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros – MG, 2016.
- BIOLCHI, M. A. **Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais**. 2002, 184p. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdades de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em: 16/01/2022.
- BRASIL, **Decreto nº 69.919, de 11 de Janeiro de 1972**. Regulamentação do PRORURAL. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69919-11-janeiro-1972-418266-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 10/01/2023.
- BRASIL, **Estatuto do Trabalhador Rural**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm) >. Acesso em: 10/01/2023.

BRASIL, **Programa de Assistência ao Trabalhador Rural**. Disponível em: <  
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=11&ano=1971&ato=1ee03a610MjRVT096>>. Acesso em: 10/01/2023.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. *In: Sociologias*, Porto Alegre, n. 7, p. 50-81, junho de 2002.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. Agricultura familiar e previdência social: envelhecendo na pobreza? *In: Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 131-158, jan./dez. 2007. – RIO G. SUL, 2007.

DELGADO, G.; CARDOSO, J. C. Jr. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. *In: CAMARANO, A. A. (Org). Os novos idosos brasileiros: Muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

DELGADO, G. C., **Previdência Rural: relatório de avaliação socioeconômica**. Brasília: IPEA, 1997.

DELGADO, G. **Universalização de direitos sociais mínimos no Brasil: o caso da previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000.

DEZEMONE, M. Mundo rural e Era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente. *In: Tempos Históricos*. V. 16 – 2º Semestre, p. 219 – 245., 2012.

MATIJASCIC, M. **Política social brasileira: conquistas e desafios**. Texto para discussão, 2062. Ipea, Brasília, Março de 2015. Disponível em <  
[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3834/1/td\\_2062.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3834/1/td_2062.pdf)>. Acesso em: 04/09/2021.

MEDEIROS, L. S. de. **Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo**. 1995, 303p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MOREIRA, E. R. **Políticas sociais, previdência e trabalhadores rurais: reflexões a partir de evidências recentes no Estado de Sergipe**. 2010, 170p. Dissertação de Mestrado, Núcleo de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2010.

PICOLOTTO, E. L. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011, 289p. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.



---

RAMOS, C. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985).** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *In: Revista de Política Agrícola.* Ano XVI – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2007.

SCHWARZER, H. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil – Resultados de um estudo de caso no Pará. *In: Estudos Sociedade e Agricultura,* 14, abril 2000.

STEIN, L. de M. **Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

WELCH, C. A. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). *In: Rev. Bras. Hist. São Paulo,* v. 36, n. 71, p. 81-105, abril de 2016.

Recebido em: 23/11/2023 / Aprovado em: 27/08/2024